# APRESENTAÇÃO

A relevância da questão saúde no campo das políticas públicas e sua permanente atualidade motivaram a direção da *Revista de Administração Pública* e a equipe do Programa de Estudos Avançados em Administração Pública para o Setor Saúde (Proasa) a oferecer mais um número da *RAP* composto por artigos que abordam aspectos político-organizacionais específicos do setor ou a ele correlatos.

Editar este número da nossa *Revista* foi uma tarefa complexa, em face da necessidade de decidir a respeito de seu conteúdo; dispunha-se de matéria em quantidade e qualidade significativas e a escolha foi motivada pela preocupação quanto a atualidade dos temas e limitações de tamanho, esperadas na edição de uma publicação desta natureza.

O Brasil, assim como a maioria dos países da América Latina e de outras regiões do mundo em desenvolvimento, atravessa uma crise global, identificada particularmente no plano econômico, porém intimamente ligada à evolução político-social dos países periféricos. Esta crise, adicionada às situações históricas de subdesenvolvimento, evidencia a inadequação crônica das respostas dadas aos problemas de uma grande parcela de nossas populações.

No campo da saúde, a deterioração ocorre por diversos mecanismos; sabe-se da íntima dependência das condições de saúde da população em relação às variáveis que afetam seu nível de vida: o produto interno bruto, a concentração da renda, a perda do poder aquisitivo salarial, a inflação, o desemprego, as carências habitacionais, nutricionais, de saneamento básico e educação etc. Estes fatores, sem dúvida, determinam o agravamento do estado sanitário das nossas comunidades e, em conseqüência, o aumento e complexidade das necessidades de serviços de saúde. É, neste ponto, que a crise novamente incide, freando as possibilidades de expansão dos sistemas de saúde e seguridade social, mediante a contenção do gasto público com serviços de saúde, fato comprovado em vários países. A título de exemplo, vemos que, no Brasil, a participação do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) no gasto total do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas), de 29%, em 1970, caiu para 17,8%, em 1984.

Esta situação é o elemento que, atuando num sistema injusto de serviços, caracterizado por omissões e distorções, demanda dos estados a reformulação das políticas sociais e de saúde.

Esperamos que este número da *RAP* contribua para a informação e reflexão dos leitores preocupados em encontrar formas mais justas e participativas para o equacionamento das questões sociais e de saúde.

*Susana Esther Badino*